

FACULDADE DE ENFERMAGEM NOVA ESPERANÇA DE MOSSORÓ
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ODONTOLOGIA

ADRIANO VIEIRA LÔPO

**A IMPORTÂNCIA DA ODONTOLOGIA EM PROGRAMAS DE SAÚDE PÚBLICA
PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

MOSSORÓ/RN

2022

A IMPORTÂNCIA DA ODONTOLOGIA EM PROGRAMAS DE SAÚDE PÚBLICA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Monografia apresentada à Faculdade Nova Esperança de Mossoró – FACENE/RN – como requisito obrigatório para obtenção do título de bacharel em Odontologia.

Orientador (a): Profa. Esp. Stheshy Vieira e Souza

MOSSORÓ/RN

2022

Faculdade Nova Esperança de Mossoró/RN – FACENE/RN.
Catalogação da Publicação na Fonte. FACENE/RN – Biblioteca Sant'Ana.

L864i Lôpo, Adriano Vieira.

A importância da odontologia em programas de saúde pública para pessoas com deficiência / Adriano Vieira Lôpo. – Mossoró, 2022.

33 f. : il.

Orientadora: Profa. Esp. Sthesy Vieira e Souza.

Monografia (Graduação em Odontologia) – Faculdade Nova Esperança de Mossoró.

1. Pessoas com deficiência. 2. Manejo odontológico. 3. Odontologia preventiva. I. Souza, Sthesy Vieira e. II. Título.

CDU 616.314

ADRIANO VIEIRA LÔPO

Monografia apresentado à Faculdade Nova Esperança de Mossoró – FACENE/RN –
como requisito obrigatório para obtenção do título de bacharel em Odontologia.

Aprovado em ____/____/____.

Banca Examinadora

Profa. Esp. Stheshy Vieira e Souza
FACENE/RN

Prof. Esp. Lívia Rangel Corrêa da Mata
FACENE/RN

Prof. Dra. Emanuelle Louyde Ferreira de Lima
FACENE/RN

Dedico este trabalho a minha mãe que, desde cedo, me ensinou o valor da educação para se entender o mundo e que me mostraram, com muita paciência e amor, que não há limites para a busca de um sonho, para se querer sempre mais da vida e ser feliz.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero agradecer a Deus, que fez com que meus objetivos fossem alcançados, durante todos os meus anos de estudos. Sem ele, nada disso seria possível, portanto, toda honra e toda glória sejam dada a ele.

A minha mãe Maria Vieira Apolônio, que acima de tudo me amou de maneira incondicional. Sem ela, eu tenho plena certeza que não conseguiria. Portanto todo o meu agradecimento a minha rainha que me ensinou tudo o que sei, mas principalmente sobre amor.

Aos meus irmãos Antônia Micylene Vieira, Antonia Magna Vieira Adriana Vieira Lopo, Gilmara Vieira Arruda, Antonia Cerlania Vieira, Antonio Marinaldo Vieira, José Nildo Vieira e Francisco das Chagas Vieira que sempre estiveram ao meu lado, pela amizade incondicional e pelo apoio demonstrado ao longo de todo o período em que me dediquei a este trabalho e a faculdade.

Agradeço a minha mãe do coração Antônia Micylene Vieira, por todo apoio e ajuda, seu amor me deu forças para que eu não desistisse mesmo em momentos que parecia impossível.

À minha querida orientadora, Esp. Sthesy Vieira e Souza, que me auxiliou maravilhosamente, aperfeiçoando minhas ideias e me guiando da melhor maneira possível. A você, minha eterna gratidão.

À minha banca examinadora, Dra Emanuelle Louyde e Esp. Lívia Rangel Corrêa da Mata, por trazerem contribuições bastante relevantes para o meu trabalho, vocês são exemplos de profissionais que levarei para toda vida, por serem sempre solícitos. Assim como todos os professores que fizeram parte da minha vida acadêmica e contribuíram para o meu crescimento profissional. A vocês, toda a minha admiração.

LISTA DE SIGLAS

Pacientes com necessidades especiais (PNE)

Pessoa com deficiência (PCD)

Organização Mundial da Saúde (OMS)

Centro de especialidades odontológicas (CEO)

Cirurgião dentista (CD)

Estratégia de Saúde da Família (ESF)

Programa Saúde da Família (PSF)

Sistema único de Saúde (SUS)

Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE)

RESUMO

Os pacientes com deficiência são assim denominados por possuírem determinadas condições que os façam necessitar de uma atenção especializada durante um período definido de sua vida. No que se refere aos cuidados com a saúde, incluindo a bucal, este grupo de pacientes necessitam de uma atenção adequada a sua condição, sendo necessário, além de profissionais qualificados, toda uma estrutura adequada para realização do atendimento deste grupo de pacientes no serviço público de saúde. Dessa forma, este trabalho tem como objetivo discorrer por meio de uma revisão de literatura a importância do atendimento e assistência odontológica para pacientes com deficiência em programas de saúde pública. Tratou-se de uma revisão narrativa da literatura, cujo artigos foram selecionados a partir das bases de dados: PubMed, Scielo, Medline, Lilacs e Scopus. Os dados foram organizados em formas de tabelas, onde foram extraídos título, autores, ano, base de dados, tipo de estudo, objetivos, resultados e conclusões de cada artigo. Os resultados encontrados corroboram a necessidade do Estado em assumir seu papel provedor de serviços e ações em saúde, com equidade e justiça social. Os gestores precisam ser sensibilizados de que acessibilidade não melhora a qualidade do serviço apenas para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Ela garante que todos os usuários possam utilizar os serviços sem barreiras que dificultem ou inviabilizem o acesso ao cuidado em saúde. É possível que as políticas públicas que garantem o atendimento prioritário e as ações em saúde por pessoa com deficiência tenham contribuído para os níveis de utilização dos serviços semelhantes entre pessoas com e sem deficiência. Portanto, é necessário manter e qualificar as políticas públicas, com atenção especial aos casos com grave limitação por incapacidade, uma vez que esses indivíduos apresentam maior dificuldade na utilização dos serviços odontológicos.

Palavras-chave: Pessoas com deficiência. Manejo odontológico. Odontologia preventiva.

ABSTRACT

Patients with disabilities are so named because they have certain conditions that are needed during a specialized care for a defined period of their lives. About the public, to this group of health treatment adequate to a group of patients and to an adequate attention to an adequate structure to, in addition to being professional, to carry out an adequate care for their health, being all their adequate structure for carrying out the health service. Thus, this work aims to disagree through a literature review on the importance of dental care and assistance for patients with disabilities in public health programs. This was a literature review, whose articles were selected from the following databases: PubMed, Scielo, Medline, Lilacs, and Scopus. Data were obtained in the form of tables, from which titles, authors, database year, type, objectives, results, and study studies of each article were extracted. The results found corroborate the need for the State to assume its role as a provider of health services and actions, with equity and social justice. Managers or need to be accessibility services that don't have the quality of service just for mobility needs. It ensures that all users can use services without barriers that make it difficult or impossible to access health care. It is possible that public policies that guarantee priority care and how health actions by people with disabilities contribute to similar levels of use of services between people with and without disabilities. In cases, it is necessary to maintain and qualify as public policies, with special attention to those with severe capacity limitations, since these services present greater difficulty in the use of dentists.

Keywords: People with disabilities; Dental management; preventive dentistry.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA NARRATIVA.....	12
2.1	PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS.....	12
2.2	SERVIÇOS DE SAÚDE PARA PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS.....	13
2.3	ODONTOLOGIA PARA PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS: MENEJO E CONDUTAS	13
2.4	SAÚDE PÚBLICA E SAÚDE PRIVADA PARA PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA ODONTOLOGIA	15
2.5	MUDANÇAS PARA MELHORIA DO ATENDIMENTO ONDOTOLÓGICO NA SAÚDE PÚBLICA.....	16
3	METODOLOGIA.....	18
3.1	TIPO DE PESQUISA	18
3.2	LOCAL DE PESQUISA	18
3.2.1	Critérios de inclusão	18
3.2.2	Critérios de exclusão	18
3.3	INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	18
3.4	ANÁLISE DE DADOS.....	20
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	21
5	CONCLUSÃO.....	29
	REFERÊNCIAS.....	30

1 INTRODUÇÃO

Os pacientes com necessidades especiais (PNE) são assim denominados por possuírem determinadas condições que os façam necessitar de uma atenção especializada durante um período definitivo ou não de sua vida. Diante disso, no que se refere aos cuidados com a saúde, incluindo a bucal, este grupo de pacientes necessitam de uma atenção adequada a sua condição, sendo, dessa forma, imprescindível que os profissionais sejam qualificados para realizarem atendimentos a este grupo de pacientes (OLIVEIRA *et al.*, 2016).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a prevalência a nível mundial de PNE é de 1:10 indivíduos. No Brasil, este número gira em torno de 15% da população, sendo a maior concentração na região Nordeste do país, com cerca de 17% do total (SANTOS *et al.*, 2017).

Dessa forma, o ministério da saúde por meio da portaria nº 793, de 24 de abril de 2012 instituiu um conjunto de ações em prol dos cuidados à saúde da pessoa com deficiência (PCD), com o objetivo principal de promover o acesso adequado desses pacientes aos serviços de saúde de maneira integral e humanizada no âmbito do sistema único de saúde (SUS) (BRASIL, 2017).

De acordo com Silva (2016) o PNE tem direito a ser atendido nos serviços públicos de saúde desde a atenção básica em postos de saúde e unidades de saúde da família, até serviços mais complexos de reabilitação no centro de especialidades odontológicas (CEO) ou hospitais, no qual inclui consulta médica, tratamento odontológico, procedimentos de enfermagem e visitas de agentes comunitários de saúde são distribuídos pelo SUS.

Os PNEs englobam uma parcela heterogênea de patologias, tais como: condições mentais, físicas, neurológicas ou sociais. Nesse sentido, de acordo com estudos, estes pacientes são mais propensos a adquirirem problemas bucais, como cárie, edentulismo, traumatismo e de doença periodontal decorrente de uma higiene bucal precária, prejudicando assim, o seu bem-estar global. Portanto, a qualidade da higiene oral dos PNEs está intimamente ligada a severidade de seu caso clínico, visto que problemas e dificuldades na motricidade geram uma higiene oral comprometida (ALVES, 2017).

Tal problemática nestes casos pode ser justificado por muitos dos tratamentos odontológicos envolverem manobras de cunho invasivo. Por conseguinte, estes procedimentos geralmente não estão associados a algo agradável e prazeroso, gerando pânico e ansiedade na maioria das pessoas (KING *et al.*, 2017). Diante disso, é importante que o profissional dentista tenha embasamento teórico e prático para identificar um paciente especial, necessitando, por sua vez, da utilização de algumas manobras para coletar sinais característicos deste grupo, e, assim, desenvolver um plano de tratamento específico para cada caso (ALSHORAIM *et al.*, 2018).

Diante do exposto, as atribuições do cirurgião-dentista na estratégia saúde da família para PNE é de grande valia. Este, precisa conhecer a população e tratar as suas necessidades. Além disso, deve-se realizar procedimentos clínicos da atenção básica em saúde bucal, realizar proteção e promoção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde e, quando necessário, encaminhar e orientar usuários a outros níveis de assistência, além de coordenar e participar de ações coletivas e desenvolver atividades referentes à saúde bucal com os demais membros da equipe (ROCHA E MIRANDA, 2017).

Levando em consideração a necessidade de tratamento odontológico apresentada por pacientes com necessidades especiais e a carência de trabalhos que envolvam essa população em vulnerabilidade, pretende-se avaliar com este estudo a importância do tratamento odontológico para este grupo de pacientes. A motivação para o desenvolvimento do presente trabalho se dá pelo interesse em aprofundar os conhecimentos acerca do acompanhamento do cirurgião dentista com os PNEs, uma vez que apesar da alta demanda, a quantidade de pacientes com acesso a esses profissionais nos programas de saúde pública se mostra escasso e falho.

Diante desse cenário, é de fundamental importância o papel da odontologia em programas de saúde pública para pacientes especiais, visto ser composto de uma equipe multidisciplinar, com ações em diferentes setores e programadas a partir das demandas específicas de cada população, obtendo assim, resultados significativos quando conseguem promover mudanças positivas na saúde de cada indivíduo (PEIXOTO *et al.*, 2020).

Com isso, o problema em torno do que foi proposto investigar, concentra-se no seguinte questionamento: Qual a importância da odontologia em programas de saúde para pessoas com deficiência?

O objetivo geral do trabalho foi discorrer por meio de uma revisão de literatura a importância do atendimento e assistência odontológica para pacientes com deficiência em programas de saúde pública.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA NARRATIVA

2.1 PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Os Pacientes com Necessidades Especiais (PNEs) de acordo com a OMS são indivíduos que apresentam algum tipo de condição que se faz necessário uma atenção especial por determinado período da sua vida, podendo ser por um tempo definitivo ou temporário. Os PNEs necessitam de cuidados médicos e odontológicos específicos a sua condição e demanda, por isso, os profissionais da saúde devem estar aptos a oferecerem um tratamento adequado (RESENDE, 2017).

De acordo Lei da inclusão, artigo 3º do capítulo 1 do decreto nº. 7853 de 24 de outubro de 1989, disposto na Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, temos a apresentação de três incisos com definições importantes a guiar o atendimento desses pacientes:

Inciso I — Deficiência: toda perda de uma estrutura ou função fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;

Inciso II — Deficiência permanente: aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos;

Inciso III — Incapacidade: redução efetiva e acentuada da capacidade de integração, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao bem estar pessoal e ao desempenho de função ou atividades a serem exercidas.

O conhecimento acerca dessas definições permite aos profissionais da área da saúde uma melhor compreensão do contexto e a individualidade de cada pessoa, atendendo assim, o paciente de acordo com a sua necessidade. Para o cirurgião-dentista (CD), essa realidade não é diferente, obter conhecimentos sobre PNE permite contribuir a uma postura condizente de acordo com a demanda de cada um, adotando um plano terapêutico singular e individual (MACÊDO *et al.*, 2019). Essas definições auxiliam a tomada de decisões do CD acerca da melhor terapêutica a depender da demanda de cada indivíduo. Com isso, o profissional deve ser capaz de superar as barreiras relacionadas a deficiência do paciente de modo a adotar a melhor terapêutica (OLIVEIRA E GIRO, 2016).

Nesse sentido, o reconhecimento dos PNEs no contexto da saúde é de grande relevância, visto que esse grupo representa uma parcela importante da população. Segundo o censo demográfico de 2010 realizado pelo IBGE, 14,5% da população brasileira possuía algum tipo de deficiência. Dessa forma, o reconhecimento desse grupo da população permite a individualização do tratamento (IBGE, 2010).

2.2 SERVIÇOS DE SAÚDE PARA PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS

No que se refere ao acesso aos serviços de saúde pelos portadores de necessidades especiais, ainda existem grandes barreiras que garantem esse acesso, evidenciando a falta de integralidade na atenção à saúde (MACÊDO *et al.*, 2019).

Para Fonseca *et al* (2017), as dificuldades encontradas nos serviços públicos de saúde que impedem o acesso fácil dos PNEs são inúmeras. Dentre elas, segundo o autor, muitos dos locais ainda não oferecem cadeiras de rodas e macas para pacientes com problemas de locomoção, além de possuírem uma estrutura física limitada, fatores estes que impede alguns dos procedimentos básicos na Odontologia.

Além disso, por despreparo do profissional, ou por vezes insegurança, a demanda desses PNEs é deixada de lado e procurada apenas em ocasiões de urgência. Nesse contexto, é necessário reorganizar a atenção básica, visto que ela apresenta um papel fundamental e porta de entrada no serviço de saúde (FUNDO NACIONAL DE SAÚDE, 2016).

Dessa forma, a atenção básica, em sua essência, deve servir como primeiro acesso para os demais níveis de assistência, incentivando a promoção em saúde, prevenção, tratamento e reabilitação. Portanto, ela deverá ser o local de excelência no atendimento dos PNEs, dado seu caráter de garantir o acesso universal da saúde (CUNHA, 2020).

2.3 ODONTOLOGIA PARA PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS: MENEJO E CONDUTAS

O tratamento odontológico consiste em eliminar ou aliviar problemas presentes no sistema estomatognático. Para isso, na presença de limitações por parte dos

pacientes, seja ela de natureza física, mental, sensorial ou comportamental, devem ser consideradas manobras para garantir atendimento adequado mediante planejamento prévio. É imprescindível que a atenção odontológica seja feita da forma mais precoce possível com o objetivo de evitar problemas futuros mais graves (JACOMINE, 2018).

Segundo os estudos de KING et al (2017) sugerem a necessidade da assistência odontológica para os PNEs através de um programa de escovação que ensine como fazer a higiene desses pacientes, voltadas para pais e cuidadores, como também para os alunos na graduação de Odontologia, professores e profissionais da atenção básica.

No que se refere a consultas ambulatoriais, o CD deve realizar a orientação quanto a alimentação, escovação, além da aplicação tópica de flúor como medidas complementares. Nesse contexto, de acordo com a literatura, deve ser priorizado os procedimentos referentes a promoção da saúde ao invés de procedimentos restauradores (CASTRO *et al.*, 2018). Assim, por meio de programas de promoção a saúde bucal em pacientes com necessidades especiais e os conceitos de higiene bucal que são repassados a família, se tem a melhora e manutenção da saúde da cavidade oral destes pacientes (ALVES *et al.*, 2017).

Para que se obtenha sucesso do tratamento odontológico, o profissional dentista deve superar as barreiras atreladas a cada paciente. As dificuldades encontradas, sejam elas físicas ou mentais, devem ser superadas com uma boa formação na graduação e pós-graduação, adotando planos terapêuticos que se encaixem com a demanda de cada paciente (SAMPAIO, 2018).

Nesse sentido, o primeiro contato entre o CD e paciente é de extrema importância, pois além do diagnóstico e do plano terapêutico singular, o profissional deve avaliar também o relacionamento familiar do indivíduo, bem como a ansiedade do paciente e do cuidador. Além disso, apresentar o consultório para os pacientes e aos pais pode se tornar de grande importância, pois estímulos ambientais afetam direta e indiretamente o comportamento do indivíduo (MUGAYAR, 2015).

Diante disso, um ponto de grande relevância a ser considerado é a anamnese, tendo em vista que nesta primeira etapa, o profissional irá conhecer mais a fundo as particularidades e individualidades de seu paciente, realizando uma escolha

terapêutica personalidade frente à suas deficiências, além de gerar um bom relacionamento dentista-paciente (SCHMIDT, 2017).

Portanto, a qualidade da higiene da cavidade oral está atrelada ao quadro clínico de cada paciente. Por sua vez, indivíduos com grau mais severo de deficiência, apresentam em geral, um maior comprometimento da saúde bucal. Com isso, estudos indicam que há uma maior prevalência de cárie dental e doenças gengivais nos pacientes com necessidades especiais em comparação aqueles que não possuem deficiência (SAMPAIO *et al.*, 2018).

Quando os PNEs não são capazes de realizarem sua própria higiene bucal, essa atividade, em muitos casos, fica a carga do cuidador. No entanto, na grande maioria das vezes, esses cuidadores não possuem conhecimento adequado sobre como realizar essa higienização de forma correta. Somando-se a isso, os PNEs sentem dificuldades que vão desde o comprometimento motor do indivíduo até a agressividade e falta de cooperação que dificultam ainda mais o processo de higiene bucal (NASILOSKY, 2015).

2.4 SAÚDE PÚBLICA E SAÚDE PRIVADA PARA PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA ODONTOLOGIA

O Programa Saúde da Família (PSF) foi incrementado no Brasil em 1994, sendo posteriormente denominado de Estratégia de Saúde da Família (ESF). Desde então, esse programa concedeu a população brasileira inúmeros benefícios no tocante a melhora da qualidade de vida. A partir das ESF, os princípios do SUS são postos em prática através dele, sendo a universalidade, equidade e integralidade (MEDEIROS E RONCALLI, 2017).

Entretanto, o acesso aos serviços de saúde denota, em geral, situações de conflito entre usuários e gestores. A dificuldade em seu acesso se configura como uma realidade, principalmente para os pacientes portadores de necessidades especiais na busca pela saúde bucal (PINHEIRO E TORRES, 2016).

No contexto da saúde pública, a assistência odontológica para pacientes especiais ainda é defasada, visto que pouco se é investido na especialização dos profissionais que são graduados e que estão na graduação. Um dos principais motivos

para esta a dificuldade no atendimento está na falta de preparo para tal, sendo distante a realidade desses pacientes com o SUS (ALVES, 2017).

Outro desafio a ser vencido pelo sistema de saúde público é a falta de interesse dos CDs em atender os PNEs. Esse fator compromete o acolhimento desses pacientes, gerando um quadro complexo e desafiador (RESENDE, 2017).

No que se refere a saúde privada, os principais desafios encontrados por essa classe de paciente, além de encontrar um profissional que tenha interesse em atendê-lo, é o alto custo financeiro dos tratamentos odontológicos para pacientes especiais, prejudicando aqueles de classes sociais mais baixas (RESENDE, NÓBREGA E MOREIRA, 2020)

Atualmente, ainda existe uma grande limitação no que tange a garantia de acesso a esses serviços de saúde para este grupo de pacientes, não atingindo o princípio da integralidade. Nesse viés, é necessário ampliar a discussão acerca dessa acessibilidade para que novas ações sejam planejadas de modo a alcançar esse princípio norteador do SUS (MACÊDO *et al.*, 2019).

2.5 MUDANÇAS PARA MELHORIA DO ATENDIMENTO ONDOTOLÓGICO NA SAÚDE PÚBLICA

Segundo os estudos de Machado (2018), a escuta qualificada interfere de forma positiva no atendimento aos PNEs. O acolhimento realizado de forma adequada, reconhecendo as necessidades do paciente, respeitando as diferenças e abrindo um canal de comunicação cria vínculos e fomenta a relação do cirurgião dentista com o paciente.

Resende, Nóbrega e Moreira (2020) afirmam que a falta de conhecimento por parte dos profissionais acerca dos PNEs e uma má relação com um diálogo fechado com os pacientes, são fatores cruciais para um atendimento prestado ineficaz.

Portanto, a qualidade dos serviços prestados pelos CDs e o sucesso de sua escolha terapêutica é mediada por um importante fator: a comunicação. Quando colocada em prática e realizada de forma bem-feita, humaniza os atendimentos e supre as necessidades dos pacientes (ALVES, 2017).

Dessa forma, deve ser investido em mudanças na grade curricular dos cursos de Odontologia do país e cursos de especializações para dentistas a fim de abranger os conhecimentos sobre o atendimento para pacientes com necessidades especiais, promovendo um tratamento mais humanizado e com um diálogo aberto de comunicação (SAMPAIO *et al.*, 2018).

Na pesquisa realizada por Nicolau, Schraiber e Ayres (2019) evidencia que apesar de PNEs estarem na pauta das políticas públicas, pouco é falado sobre como esses direitos, logo, também não são postos em prática.

Para que ocorra a melhoria dos serviços de saúde e do atendimento prestado aos PNEs, de acordo com Alves (2017), faz-se necessário capacitar os profissionais que trabalham com essa parcela da população, tanto na graduação como na pós-graduação, para atingir os princípios propostos pelo SUS.

A inclusão no ambiente dos consultórios, muitas vezes, não é praticada. Nem sempre a estrutura física do local permite que os pacientes portadores de certos tipos de deficiência possam se deslocar livremente pelas dependências do ambiente. Na maioria dos consultórios não são disponibilizadas cadeiras de rodas, portas mais largas para sua passagem ou cadeiras adaptadas a depender do paciente, sendo, portanto, apenas um de tantos empecilhos para o seu acesso. Com isso, o primeiro passo para uma melhor inclusão destes pacientes nos consultórios odontológicos seria reverter esses pontos negativos. Somando a isso, a diminuição de ruídos sonoros e adoção de sedação para o sucesso de certos tratamentos também são de grande valia (FONSECA, 2016).

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO DE PESQUISA

Para o desenvolvimento do referido trabalho, foi realizada uma pesquisa bibliográfica para que se tenha um melhor embasamento científico. Trata-se de uma revisão narrativa de literatura (RNL) de caráter amplo. Ademais, sua operacionalização pode se dar de forma sistematizada com rigor metodológico (BRUM *et al.*, 2015), buscando desenvolver assim uma pesquisa de cunho qualitativo.

3.2 LOCAL DE PESQUISA

Os artigos foram selecionados a partir de bases de dados como: PubMed, Scielo, Medline, Lilacs e Scopus com base nos descritores em português: Pacientes com necessidades especiais; Manejo odontológico; odontologia preventiva e Saúde Pública. E inglês: Patients with special needs; Dental management; preventive dentistry and Public Health, de acordo com os critérios de inclusão e exclusão.

3.2.1 Critérios de inclusão

Foram adotados como critérios de inclusão os artigos completos disponíveis nas bases de dados citadas, no idioma português ou inglês publicados no período entre 2016 e 2021.

3.2.2 Critérios de exclusão

Como critérios de exclusão incluem-se trabalhos nas seguintes formas: teses, dissertações, trabalho de conclusão de curso, editoriais, resumos de eventos científicos e artigos que não atendam aos objetivos e tema central da pesquisa.

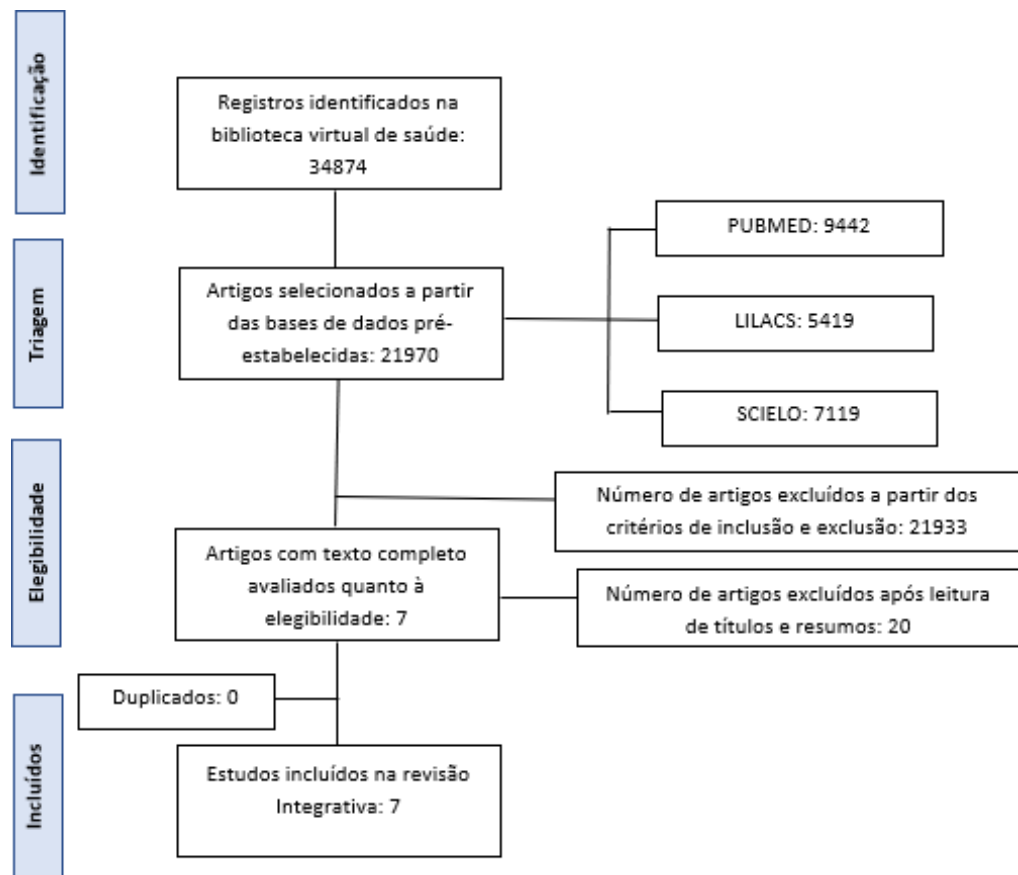
3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Este trabalho foi realizado através de uma metodologia de pesquisa com embasamento teórico por intermédio bibliográfico de artigos científicos, do período de 2016–2021. A partir deles é possível comparar a diferença entre dados de diferentes

épocas ou constatar semelhança de informações ao decorrer do tempo, visando sempre o tratamento do máximo de dados possível. Todos os artigos foram obtidos através dos descritores de saúde.

As palavras chaves pré-selecionadas foram pesquisadas de forma isoladas e associadas entre si com o operador AND na biblioteca virtual de saúde (BVS) que reuni todas as bases de dados pré-determinadas na metodologia deste trabalho. 32874 artigos foram encontrados de forma geral, sendo posteriormente encontrados 21970 artigos considerando apenas as bases de dados determinados anteriormente. 20 artigos se mostraram elegíveis para pesquisa, sendo escolhidos 10 para confecção da revisão.

Figura 01: Fluxograma de pesquisa



Fonte: elaborada pelo autor (2022)

3.4 ANÁLISE DE DADOS

Por ser característica da Revisão Narrativa a busca de atualizações a respeito de um determinado assunto, foi possibilitado um suporte teórico em curto período, afirmando este tipo de pesquisa como bastante útil e ideal para o tema em questão. Assim, sob o ponto de vista teórico e contextual, foi incluído um processo mais simplificado de revisar a literatura, não sistematizado, porém de grande relevância como fonte de informação atualizada e fidedigna

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

TABELA 1- Características dos artigos incluídos na revisão (título dos artigos, autores dos artigos, ano de publicação e base de dados).

TÍTULO DOS ARTIGOS	AUTORES DOS ARTIGOS E ANO	BASE DE DADOS
ATENÇÃO ODONTOLÓGICA ESPECIALIZADA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL: PERFIL DOS CENTROS DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS, 2014 (1)	CONDESSA et al., (2021)	LILACS
SAÚDE BUCAL PARA PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS: ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DE UMA EXPERIÊNCIA LOCAL (2)	FREIRE et al., (2016)	SCIELO
ACESSO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AOS SERVIÇOS DE SAÚDE BUCAL NO BRASIL (3)	CONDESSA (2019)	PUBMED
REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA PREVENTIVA E DO ADEQUADO TREINAMENTO DOS CIRURGIÕES-DENTISTAS PARA O ATENDIMENTO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (4)	MORETO et al., (2014)	PUBMED
UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS POR PACIENTES PEDIÁTRICOS COM SÍNDROME DE	FRAGÔSO et al., (2021)	LILACS

DOWN DE ACORDO COM OS CUIDADORES (5)		
ACESSO AO ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO DOS PACIENTES ESPECIAIS: A PERCEPÇÃO DE CIRURGIÕES-DENTISTAS DA ATENÇÃO BÁSICA (6)	MACÊDO et al., (2018)	SCIELO
CONSIDERAÇÕES SOBRE A HUMANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO A PACIENTES COM DEFICIÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO A PARTIR DE UM PROJETO DE EXTENSÃO (7)	CASTILHO et al. (2014)	PUBMED

FONTE: (AUTORA, 2022).

TABELA 2 – Características dos artigos incluídos na revisão (tipo de estudo, objetivos e resultados).

TIPO DE ESTUDO	OBJETIVOS	RESULTADOS E CONCLUSÃO
ESTUDO TRANSVERSAL (1)	Descrever os serviços de atenção à saúde bucal para pessoas com deficiência, atendidas pela especialidade Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais (PNE).	Dos 932 serviços avaliados, 89,8% contavam com atendimento a PNEs, 30,4% apresentavam acessibilidade física e 59,7% contavam com referência para atendimento hospitalar. A maioria garantia tratamento completo. São disponibilizadas 40h semanais de atendimento clínico a PNEs em 1/3 dos CEOs. A rede de cuidado para pessoas com deficiência encontra-se em formação e, apesar dos incentivos

		<p>financeiros específicos, apresenta limitações. Os serviços precisam eliminar barreiras físicas e atitudinais para garantir acessibilidade universal. Protocolos baseados em classificação de risco são necessários, priorizando atendimento no CEO dos casos complexos, não atendidos na Atenção Básica e organizando a rede de cuidados em saúde bucal da pessoa com deficiência.</p>
<p>ESTUDO DE CASO COM ABORDAGEM QUALITATIVA (2)</p>	<p>O objetivo deste estudo foi analisar o processo de implementação do Programa Brasil Sorridente com foco na atenção odontológica ao paciente com necessidades especiais em um Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) localizado no Município do Rio de Janeiro.</p>	<p>Concluiu-se que há uma frágil articulação entre os diversos níveis de atenção comprometendo a integralidade e a intersetorialidade das ações no que se refere à saúde bucal de portadores de necessidades especiais. Frente aos desafios da equidade e da garantia de maior acesso e efetividade dos serviços, o estudo apontou a necessidade de priorizar a maior convergência entre a Estratégia Saúde da Família e demais políticas sociais no cenário local.</p>
<p>REVISÃO DE LITERATURA (3)</p>	<p>O objetivo da tese foi estudar o acesso das pessoas com deficiência aos serviços de saúde no Brasil.</p>	<p>Não foi encontrada diferença significativa na utilização do serviço odontológico entre pessoas com e sem deficiência no Brasil. No entanto, esse resultado pode ser devido ao fato de as pessoas com deficiência terem menos dentes e por isso consultarem menos o dentista. Pessoas com deficiência grave, com maior grau de limitação apresentaram mais dificuldade em acessar os serviços e são esses casos que devem ser priorizados. Estudos sobre o modelo de atenção em saúde bucal para essa</p>

		<p>população e protocolos baseados em classificação de risco são imprescindíveis, bem como a organização da rede de cuidados em saúde bucal da pessoa com deficiência. É necessário trabalhar na remoção de barreiras de acesso presentes tanto a atenção básica quanto a atenção especializada.</p> <p>Garantir o acesso universal, a equidade em saúde e o respeito à autonomia das pessoas com deficiência é responsabilidade dos profissionais, dos gestores públicos e da sociedade.</p>
<p>REVISÃO DE LITERATURA (4)</p>	<p>O objetivo deste trabalho foi realizar uma revisão de literatura salientando a necessidade do atendimento precoce e preventivo do paciente com deficiência, a formação e conhecimento técnico necessário para o atendimento com qualidade pelo cirurgião dentista.</p>	<p>Concluiu-se que o atendimento preventivo é indispensável e que os projetos de promoção de saúde são importantes facilitadores da inclusão social uma vez que proporcionam elevados níveis de sucesso dos atendimentos odontológicos. A formação técnica dos profissionais é de extrema importância, para a elaboração de planos de tratamentos adequados e para o estabelecimento comunicação com a equipe multiprofissional envolvida no atendimento do paciente.</p>
<p>ESTUDO TRANVERSAL (5)</p>	<p>Avaliar a utilização dos serviços odontológicos por pacientes pediátricos com Síndrome de Down de acordo com os cuidadores.</p>	<p>Observou-se que 83,7% dos pacientes já foram ao dentista, com maior frequência na Unidade de Básica de Saúde (47,5%). 97,5% dos cuidadores demonstraram-se satisfeitos com a assistência recebida nos atendimentos. Os profissionais</p>

		<p>foram considerados preparados por 75% dos cuidadores. A utilização de estabilização física foi necessária em 50% dos casos. A maior parte dos atendimentos foram realizados por dentistas não especializados em Pacientes com Necessidades Especiais (62,5%) e os consultórios não eram adaptados (60,0%). A utilização dos serviços odontológicos pelo paciente e do cuidador devem ser considerados propósitos a serem alcançados por qualquer serviço de saúde, pois representam um monitoramento das ações ofertadas aos olhos daqueles que os procuram.</p>
<p>ESTUDO TRANVERSAL (6)</p>	<p>O objetivo do presente estudo foi verificar a percepção dos Cirurgiões-Dentistas da Atenção Básica, quanto ao acesso e resolubilidade dos serviços de saúde bucal, oferecidos a esses pacientes no município de Currais Novos-RN.</p>	<p>Dos 15 cirurgiões-dentistas entrevistados todos afirmaram atender o paciente com necessidade especial, 13 realiza exame clínico e o tratamento possível, 8 tiveram algum contato com esses pacientes desde a graduação e 12 aprovaram o acesso, o acolhimento e a assistência odontológica oferecida a esses pacientes pelo serviço público de saúde municipal. Conclusão: De acordo com os profissionais entrevistados, esses pacientes têm acesso aos serviços odontológicos em Currais Novos-RN, seja apenas para um exame clínico ou orientação, bem como para outros procedimentos. Se por algum motivo não conseguem atender a atenção básica, eles encaminham ao Centro de Especialidades Odontológicas, que conta com especialistas, os quais</p>

		consolidam a resolubilidade dos casos.
ESTUDO DE CASO (7)	Teve como objetivo analisar as experiências do projeto de extensão “Atendimento Odontológico a Pacientes com Necessidades Especiais”, a partir do enfoque da humanização do atendimento.	Foram abordados os obstáculos relacionados ao estabelecimento de vínculos com o usuário e sua família, aos sistemas de referência e contra referência à atenção secundária, à infraestrutura e ao exercício profissional. A partir dos problemas detectados, foram propostas soluções relacionadas à formação do cirurgião-dentista, à prática clínica, à comunicação verbal e não verbal e ao uso de alternativas específicas para este grupo. Observou-se que as consultas periódicas e sistematizadas aos serviços de atenção básica ajudam no controle dos processos de adoecimento e permitem uma atenção mais humanizada aos pacientes com necessidades especiais.

FONTE: (AUTOR, 2022).

De acordo com Condessa et al., (2021) devido ao grande número de PNE, pode se considerar que 10% da população brasileira têm necessidades especiais. Apenas 3% deles conseguem receber atendimento odontológico. Faz-se necessário, portanto, uma revisão de conceitos no campo da saúde, para que mais pacientes possam contar efetivamente com este tipo de tratamento.

Com a leitura dos artigos selecionados, Freire (2016), condessa (2019) e Moreto (2014) acreditam que a falta de assistência dedicada a essa parcela da população esteja relacionada ao despreparo de muitos profissionais para atendimento desses pacientes. Associados a esse fator estão às informações inadequadas sobre as condições de saúde bucal e necessidades odontológicas, a negligência dos serviços odontológicos ao tratamento odontológico dos PNE e a falta de informação e interesse dos cuidadores. De acordo com Freire (2014), o problema aumenta frente o

fato de não ser incluído, em muitos cursos de graduação em odontologia, bases teóricas suficientes e experiências clínicas motivadoras que proporcionem conhecimento, destreza, autoconfiança e compreensão da complexidade humana. Os alunos acabam se tornando profissionais despreparados e indiferentes ao cuidado dos PNE.

Fragoso (2021) e Macedo (2018) nos trazem reflexões acerca os programas de saúde para este público. De acordo com estes, quando fala em PNE, deve-se considerar o risco de segregação desses indivíduos. Por isso, os serviços de saúde dedicados a essa parcela da população precisam considerar os aspectos emocionais dos pacientes e familiares, que muitas vezes se sentem rejeitados pelo sistema público. Castilho et al., (2014) ressaltaram a importância da criação de serviços e programas que favoreçam o atendimento desses indivíduos, principalmente na rede pública de saúde.

Para Condessa et al., (2021), a maioria desses pacientes é carente e muitos ainda são encaminhados para atendimento sob anestesia geral, sendo realizados procedimentos puramente cirúrgico/restauradores. Segundo Freire (2014), a maior parte dos PNE tem capacidade de ser atendida dentro dos mesmos padrões dos tratamentos odontológicos comuns. Devem ser considerados os aspectos individuais do paciente, como capacidade de entendimento e cooperação, comprometimento sistêmico e necessidades de tratamento.

Todos os autores consultados estão de acordo que a falta de preparo, de habilidade e de conhecimento técnico dos profissionais da saúde para o atendimento aos PNE, o que resulta em poucos profissionais atuantes na área. É o que vem a ser a maior dificuldade encontrada entre suas famílias e cuidadores para que ocorra um tratamento odontológico eficaz e resolutivo dos especiais. Não se deve esquecer também que a condição social e cultural da maioria da população brasileira, que no geral é carente, contribui muito para o pouco, ou quase nenhum, esclarecimento sobre como e onde procurar atendimento odontológico adequado e de qualidade para os PNE. E para que esse tratamento odontológico seja oferecido aos pacientes com tranquilidade e segurança, é de extrema importância que os cirurgiões dentistas conheçam bem as alterações sistêmicas dos especiais, bem como os principais cuidados a serem tomados durante o atendimento e a elaboração de um adequado plano de tratamento.

De acordo com Castilho et al., (2014) as equipes de saúde bucal devem ser capacitadas para o atendimento das pessoas com deficiência, em níveis crescentes de complexidade de atendimento. A elaboração de protocolos é indicada, com a definição, em cada nível de atenção, dos cuidados a serem tomados (considerando diagnóstico médico, condições de saúde e tratamento, agravos associados, limitações e capacidades), bem como a definição de critérios de encaminhamento e os fluxos de referência e contrarreferência. A maioria destes usuários com deficiência tem suas necessidades de atendimento solucionáveis no âmbito da atenção primária, nas UBS, desde que os locais estejam adaptados e as equipes capacitadas (MACÊDO *et al.*, 2019).

Freire (2014) e Macedo (2018) falam das barreiras ao atendimento. Segundo eles, frequentemente, não há uma única barreira que comprometa o acesso ao serviço, mas sim uma interação entre diversos fatores, como transporte, acessibilidade dos serviços (estrutura física disponível), organização do agendamento de consultas e falta de conhecimento dos profissionais. As principais barreiras de acesso apontadas por pessoas com deficiência estão relacionadas com a estrutura física das unidades de saúde, acessibilidade geográfica e barreiras de comunicação. Barreiras arquitetônicas, como presença de degraus, a falta de corrimãos, rampas e salas de espera inadequadas dificultam o acesso aos serviços de saúde (MEDEIROS E RONCALLI, 2017).

As pessoas com deficiência auditiva relatam as barreiras de comunicação como principal entrave à acessibilidade em saúde, tanto com o profissional de saúde quanto em relação às informações disponíveis no serviço. Problemas de comunicação durante o exame clínico e anamnese; dificuldade de entendimento sobre a prescrição, interferindo na segurança medicamentosa; falta de entendimento sobre qual a melhor forma de comunicação não verbal para o paciente surdo; além de dificuldades na sala de espera e para agendamento das consultas são as principais queixas levantadas por tal população, relata condessa (2019).

Existem muitas barreiras que dificultam ou impedem o atendimento em saúde para as pessoas com deficiência. É preciso conhecer as potencialidades e fraquezas dos serviços para que as melhorias sejam realizadas e o acesso seja universal, equitativo e igualitário

5 CONCLUSÃO

Concluimos assim, que a Odontologia é uma das áreas da saúde que lida com uma grande diversidade de pacientes, incluindo-se aí os PNE. O Brasil conta hoje com aproximadamente quase 10% de sua população com alguma dificuldade ou restrição, que faz com que ela necessite de um atendimento mais especializado e diferenciado. Devido à própria condição social e cultural do país existe uma carência de mais profissionais para um melhor atendimento nesta área específica. Quando consideramos os PNE deve-se lembrar que eles são mais vulneráveis ao aparecimento de doenças bucais quando comparados à população em geral. Isso acontece devido ao comprometimento físico e mental que normalmente apresentam. Quanto maior a dedicação do profissional no cuidado do PNE e aos seus familiares, maior a chance de acontecer um tratamento bem sucedido. Além disso, é essencial que aconteça a participação dos outros profissionais que cuidam do PNE na assistência odontológica dedicada a ele.

Os resultados encontrados corroboram a necessidade do Estado em assumir seu papel provedor de serviços e ações em saúde, com equidade e justiça social. Os gestores precisam ser sensibilizados de que acessibilidade não melhora a qualidade do serviço apenas para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Ela garante que todos os usuários possam utilizar os serviços sem barreiras que dificultem ou inviabilizem o acesso ao cuidado em saúde. É possível que as políticas públicas que garantem o atendimento prioritário e as ações em saúde por pessoa com deficiência tenham contribuído para os níveis de utilização dos serviços semelhantes entre pessoas com e sem deficiência. Portanto, é necessário manter e qualificar as políticas públicas, com atenção especial aos casos com grave limitação por incapacidade, uma vez que esses indivíduos apresentam maior dificuldade na utilização dos serviços odontológicos.

REFERÊNCIAS

- ALSHORAIM, Marcel Avithi et al. Effects of child characteristics and dental history on dental fear: cross-sectional study. **BMC Oral Health**, London, v. 18, n. 33, p. 1-9, 2018.
- ALVES, Filipa Raquel Correira. **Pacientes Especiais em Odontopediatria: Proposta de Protocolo**. Porto:Universidade Fernando Pessoa, 2017.
- BALDANI, Márcia Helena et al. A inclusão da odontologia no Programa Saúde da Família no Estado do Paraná, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 21, p. 1026-1035, 2005.
- BORGES, M. M. B., OLIVEIRA, F. S., CASTRO, A. M., GODOY, A. R. R., SOUZA, L. V., & SANTIAGO, M. A. (2015). Opinião dos alunos de odontologia sobre o atendimento em pacientes com necessidades especiais. **Revista Horizonte Científico**, 9 (2), 1-16.
- CASTRO, M. A., GORETI, M., & OLIVEIRA, F. S. (2018). Avaliação do tratamento odontológico de pacientes com necessidades especiais sob anestesia geral. **Revista de Odontologia da UNESP**, 39(3), 137-42.
- DE MACÊDO, Gilsene Caroline Ponte et al. Dificuldades de Acessibilidades nos Serviços De Saúde Vividas por Pessoas com Deficiência: Uma Revisão Integrativa. In: **11º Congresso Internacional da Rede Unida**. 2014.
- DELLA GIUSTINA, Flávia Pinheiro; DAS NEVES CARNEIRO, Denise Medeiros; DE SOUZA, Ruana Medeiros. A Enfermagem e a Deficiência Auditiva: assistência ao surdo. **Revista de Saúde da Faciplac**, v. 2, n. 1, 2015.
- FERREIRA, Simone Helena. Atenção odontológica em pacientes com deficiências: a experiência do curso de odontologia da ULBRA Canoas/RS. **Stomatos**, v.16, n.31, jul./dez.2010.
- FLÓRIO F.M.; BASTING R.T.; SALVATTO M.V.; MIGLIATO K.L. Saúde bucal em indivíduos portadores de múltiplas deficiências. **RGO**, v. 55, n. 3, p. 251-256, 2017.
- FONSECA, Luciana Mascarenhas et al. Implicações Sobre Deficiência Intelectual e Longevidade: Projeto piloto de Intervenção em Casos de Senilidade. **Apae Ciência**, v. 1, n. 2, 2017.
- Fundo Nacional de Saúde (BR) [internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2015 [acesso em 2021 out 05]. Disponível em: <http://www.fns.saude.gov.br>.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **População idosa no Brasil no Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 05 de set de 2021.
- JACOMINE, J. C., FERREIRA, R., SANT'ANA, A. C. P., DE REZENDE, M. L. R., GREGHI, S. L. A., DAMANTE, C. A., & ZANGRANDO, M. S. R. (2018). Saúde bucal e Pacientes com Necessidades Especiais: percepções de graduandos em Odontologia da FOB-USP. **Revista da ABENO**, 18(2), 45-54.

KING, E. et al. Activities of daily living and transition to community living for adults with intellectual disabilities. **Scand J Occup Ter.** 24, 357–365. (2017). Disponível m: <https://doi.org/10.1080/11038128.2016.1227369>. Acesso em: 15 set. 2021.

MACHADO, Suelen. Desafios e possibilidades da triagem na emergência. 2012

MARSI, Glauber et al. **Avaliação da importância do exame clínico para os alunos do curso de graduação da Faculdade de Odontologia de São José dos Campos – UNESP.** Rev. Abeno, v.20, n.1, p.5-10, jan-jun 2016. Disponível em: <http://abeno.org.br/ckfinder/userfiles/files/revista-abeno-2016-1.pdf>. Acesso em: 15 set. 2021.

MEDEIROS A, RONCALLI AG. Políticas de saúde no Brasil. In: **Ferreira MAF, Roncalli AG**, Lima KC. Saúde bucal coletiva: conhecer para atuar. Natal: UFRN; 2004. p. 249-59.

MUGAYAR L. Pacientes Especiais. In: **KLATCHOIAN. Psicologia Odontopediátrica.** 2 ed. São Paulo: Santos, 2002. Cap.14, p.197-241.

NICOLAU, Stella Maris; SCHRAIBER, Lilia Blima; AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita. Mulheres com deficiência e sua dupla vulnerabilidade: contribuições para a construção da integralidade em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 3, p. 863-872, 2019.

NASILOSKY, K. S., DA SILVEIRA, E. R., CÉSAR NETO, J. B., & SCHARDOSIM, L. R. (2015). Avaliação das condições periodontais e de higiene bucal em escolares com transtornos neuropsicomotores. **Revista de Odontologia da UNESP**, 44 (2), 103-107.

OLIVEIRA A.L.B.M.; GIRO E.M.A. Importância da abordagem precoce no tratamento odontológico de pacientes com necessidades especiais. **Odonto**, v. 19, n. 38, p. 45-51, 2016.

PEIXOTO, Iza Teixeira Alves et al. **Métodos alternativos para manejo do paciente com necessidades especiais durante o atendimento odontológico no consultório e a higiene bucal domiciliar.** IJD, Int. j. dent. [online]. 2010, vol.9, n.2, pp. 85-89. ISSN 1806-146X.

PINHEIRO RS, TORRES TGC. Uso de serviços odontológicos entre os estados do Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva.** 2016 out-dez; 11(4): 999-1010.

RESENDE V., CASTILHO L., SOUZA E., JORGE W. Atendimento odontológico a pacientes com necessidades especiais. In: 8º Encontro de Extensão da UFMG: 2017 Belo Horizonte. **Anais do 8º Encontro de Extensão da UFMG**; 2017. p. 1-6

RESENDE, Adara Cabral; DA NÓBREGA, Simone; MOREIRA, Tomaz. Experiência das Pessoas com Deficiência nos Serviços de Saúde: Contribuição para a Formação Profissional. **Blucher Medical Proceedings**, v. 1, n. 2, p. 61-61, 2020.

ROCHA, D. A.; MIRANDA, A. F. Atendimento odontológico domiciliar aos idosos: uma necessidade na prática multidisciplinar em saúde: revisão de literatura. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 181-9, 2018.

SAMPAIO E., CÉSAR F.N., MARTINS M.G.A. Perfil odontológico dos pacientes portadores de necessidades especiais atendidos no Instituto de Previdência do Estado do Ceará. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde** 2018; 17(3): 127-34.

SCHMIDT MG. Pacientes especiais: portadores de deficiências neuropsicomotoras. In: Corrêa MSNP. **Odontopediatria na primeira infância**. 1. ed. São Paulo: Santos; 2017. p. 645-63.

SILVA, L. E. L. et al. Atuação odontológica em UTI: a importância da Periodontia na qualidade de saúde do paciente crítico. **Perionews**, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 791-6, 2016.

Varellis MLZ. Conceituando o paciente com necessidades especiais. In: Varellis MLZ. O paciente com necessidades especiais na odontologia: Manual prático. São Paulo: **Editora Santos**; 2005. p.3-12.